



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 764/2023

Sumário: Constitui uma comissão independente com o objetivo de proceder à avaliação da aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior.

Considerando:

- a) O disposto no artigo 185.º do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece a necessidade de avaliação daquele diploma;
- b) O parecer do Conselho Nacional de Educação n.º 4/2019 sobre a aplicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro;
- c) As Resoluções da Assembleia da República n.ºs 59/2019 e 74/2022, que recomendam ao Governo que leve a cabo o processo de avaliação da aplicação do RJIES;
- d) A relevância da avaliação do RJIES, nas suas diversas vertentes, ocorrer no contexto de uma discussão aberta e participada com o envolvimento das instituições de ensino superior, dos membros da comunidade académica, representantes da sociedade civil, associações de estudantes e sindicatos;

Determino:

1 — É constituída uma comissão independente com o objetivo de proceder à avaliação da aplicação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior com a seguinte composição:

- a) Alberto Amaral, presidente do conselho de administração da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (2008-2020), presidente do Board of Governors do CHER — Consortium of Higher Education Researchers (2003-2007), membro da Direção do CRE — Council of European Rectors (1998-2000) e reitor da Universidade do Porto (1985-1998), que preside à comissão;
- b) Helena Nazaré, presidente do Conselho Coordenador do Ensino Superior (2015-2019), presidente da Associação Europeia das Universidades (2012-2015) e reitora da Universidade de Aveiro (2002-2010), que assume a vice-presidência da comissão;
- c) Ana Gabriela Cabilhas, presidente da FAP — Federação Académica do Porto e representante dos estudantes do ensino superior universitário no Conselho Nacional de Educação;
- d) Célia Reis, vice-presidente da Cap Gemini Internacional, presidente do Conselho Coordenador do Ensino Superior (2020-2022) e CEO da Altran Portugal (2016-2022);
- e) Cláudia Sarrico, professora catedrática da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, analista de políticas de ensino superior e ciência na OCDE (2014-2021) e investigadora sénior do Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior;
- f) João Cunha Serra, professor jubilado do Instituto Superior Técnico e antigo coordenador do Departamento do Ensino Superior e Investigação da FENPROF;
- g) João Redondo, presidente da Aliança das Instituições de Ensino Superior Não Estatais na Europa (EUPHE) e antigo presidente da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado (2006-2021);
- h) Joaquim Mourato, diretor-geral do Ensino Superior e antigo presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (2013-2016);
- i) Joel Rodrigues, presidente da Mesa de Assembleia Geral da FNAEESP — Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico e representante dos estudantes do ensino superior politécnico no Conselho Nacional de Educação.

2 — As conclusões da comissão de avaliação deverão ser apresentadas ao Governo até dezembro de 2023, e resultar de um processo de debate e envolvimento público com a realização



dos debates que forem considerados adequados, devendo ainda considerar os estudos e análises já realizados por entidades públicas e privadas sobre esta matéria.

3 — A participação na presente comissão não confere aos seus membros o direito a qualquer remuneração pelo exercício das funções, para além do apoio a deslocações e alojamento.

4 — A Direção-Geral do Ensino Superior e a Secretaria-Geral da Educação e Ciência prestam, respetivamente, o necessário apoio administrativo e jurídico para a prossecução dos objetivos da comissão.

6 de janeiro de 2023. — A Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Elvira Maria Correia Fortunato*.

316045066